

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B936	<p>Bullying [recurso eletrônico] : caminhos para o combate / Organizadores Veralúcia Guimarães de Souza, Cleide Ester de Oliveira, Paulo Alves de Oliveira; revisoras Priscila Veloso Ramos, Carolina Guimarães Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-059-9 DOI 10.22533/at.ed.599202605</p> <p>1. Assédio nas escolas. 2. Educação de crianças. 3. Violência na escola. I. Souza, Veralúcia Guimarães de. II. Oliveira, Cleide Ester de. III. Oliveira, Paulo Alves de. IV. Ramos, Priscila Veloso. V. Santos, Carolina Guimarães</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.58</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

REALIZAÇÃO



APOIO



FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma coletânea de artigos que foram elaborados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC-IFMT) sobre a temática *Bullying* e Violação de Direitos Humanos que tem sido objeto da pesquisa do grupo desde 2016.

O projeto foi aprovado no Edital 29/2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propes), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o título "Bullying: caminhos para o combate", do qual foi oriundo os recursos para realização do presente e-book.

Os diversos autores tratam a temática na vertente multidisciplinar, através de um viés de proposta interdisciplinar. A amplitude das temáticas que abrangem a Educação em Direitos Humanos permitem transitar transversalmente em todas as disciplinas, sustentada pela concepção de que a inserção da formação do cidadão em Direitos Humanos pode contribuir para um convívio social menos violento.

Frente a esse desafio que essa coletânea pretende abarcar, apresentamos alguns elementos práticos que podem ser úteis a você que é educador, pai, ou estudante e/ou pessoa que sofre *bullying* ou percebe em seu meio alguém que sofre com este tipo de agressão.

Esta problemática é abordada dentro da temática da violação dos Direitos Humanos, que tem sido muito disseminada e amplamente debatida dentro dos contextos escolares. É inegável que há interesses institucionais em pesquisas, desde instituições públicas, privadas, com objeto nas diversas formas de violência e na violação dos Direitos Humanos de adolescentes, no cotidiano escolar, tendo, como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e se materializam por meio do fenômeno *bullying*.

Nesta apresentação, queremos trazer alguns conceitos sobre a temática e consideramos importante salientar que, conforme as conceituações, nem toda violência é considerada *bullying*, porém todo *bullying* é uma forma de violência. Apesar de ambos serem um ato de brutalidade, incivilidade e causar dor e sofrimento à vítima, o *bullying* se diferencia por suas características peculiares, por sua repetição, intencionalidade, por não ter motivação aparente e por haver desequilíbrio de poder, pois normalmente a vítima não tem condições para se defender.

As violências são de diferentes formas e com vertentes específicas, que tratamos, como no caso do *bullying*, por ser física, psicológica ou simbólica, porém em apenas alguns casos estão embutindo situações de *bullying* por ter característica sistemática e intencional, as que ocorrem por situações específicas tratamos como

violências.

Podemos entender que a ocorrência do *bullying* se dá de forma direta e indireta; a primeira é quando há imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais; e a indireta consiste em atitudes de indiferença, isolamento e fofocas.

Neste contexto, apontamos que os diálogos sobre a temática Direitos Humanos e *bullying* podem promover a formação de estudantes que não naturalizam ou banalizam atos de violência e desrespeito. Frente a esse desafio que se propõe trazer diálogos e reflexões acerca desta problemática e buscar propostas de enfrentamento.

Para saber um pouco mais sobre o *bullying* e diferenciá-lo de outras formas de violência, você pode se respaldar em documentos e estudos mais aprofundados sobre a legislação: Leis Federais que são referências sobre o assunto, como a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que estabelece o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o Brasil. Lei Federal nº 13.277, de 29 de abril de 2016, que institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola e a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, inclui a responsabilidade da escola para promoção de medidas de combate a intimidação sistemática.

Caso você seja um estudante e esteja passando por uma situação de violência, seja ela pela imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais, está sendo vítima de atitudes de indiferença, isolamento e fofocas procure ajuda, não se sinta intimidado. Fale com seus pais, professores, técnicos e diretores da sua escola. Certamente eles vão ajudar a você. E, se você presenciar algum ato violento, ajude a vítima a sair desta situação, não seja um espectador passivo.

Aos pais que perceberam que seus filhos estão sendo vítimas de *bullying*, não hesitem em procurar a escola e junto com a equipe pedagógica e profissionais capacitados encontrar meios de lidar com o problema.

Ao professor(a) e/ou profissional da educação que tiver conhecimento de casos de *bullying*, ou qualquer outro tipo de violência, entre em contato imediatamente com equipe pedagógica e/ou com os profissionais capacitados da equipe multiprofissional da escola. A sua percepção dessas situações é de extrema importância para que se possa tratar de forma adequada esses infortúnios que comprometem o processo de ensino aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes. A comunidade escolar pode se envolver na solução do problema, acompanhando agressor, vítima, demais colegas; aplicando medidas disciplinares, quando for o caso previsto em regimento escolar, ou direcionando a órgãos externos da rede de apoio à criança e ao adolescente, tais como Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que pode dar encaminhamento a um atendimento psicológico,

quando for necessário.

Um aspecto importante, e inclusive previsto na legislação, é a realização de atividades de prevenção na escola, tais como palestras, eventos, e atividades que favoreçam o protagonismo infantil e juvenil em atividades propostas pelos mesmos que gerem a empatia e a cultura de paz.

Neste e-book relataremos um pouco dos resultados de pesquisa e experiência realizadas, para demais interlocuções, conte conosco.

Agrademos à estudante do ensino médio Millena do Prado Vitoriano de Deus por gentilmente ter cedido a ilustração para capa do presente ebook, ilustração elaborada para a divulgação do VCURTABLV - Festival de Vídeo Curta-Metragem do IFMT campus Cuiabá Bela Vista, cujo tema foi Bullying: caminhos para o combate.

Atenciosamente,
Contato: gphsc.ifmt@gmail.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR Antonia Picornell-Lucas	
CAPÍTULO 1	1
PESQUISA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DO IFMT Anna Beatriz Rodrigues de Amorim Carolina de Vasconcelos Lopes Borba Felicíssimo Bolívar da Fonseca DOI 10.22533/at.ed.5992026051	
CAPÍTULO 2	8
APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Raquel Martins Fernandes Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026052	
CAPÍTULO 3	17
AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026053	
CAPÍTULO 4	29
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONVIVÊNCIA GLOBAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR Raquel Martins Fernandes Felicíssimo Bolívar da Fonseca Cleide Ester de Oliveira Yuri Ogaya de Assumpção DOI 10.22533/at.ed.5992026054	
CAPÍTULO 5	39
VIOLÊNCIA ESCOLAR, BULLYING E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA Vanessa Costa Gonçalves Silva DOI 10.22533/at.ed.5992026055	
CAPÍTULO 6	54
PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Degmar Francisco dos Anjos Niedja de Freitas Pereira DOI 10.22533/at.ed.5992026056	

CAPÍTULO 7	63
COTIDIANO ESCOLAR DO IFMT: ANÁLISE DO DISCURSO DE PROPOSITURAS DE COMBATE AO BULLYING	
Vanessa Costa Gonçalves Silva	
Jair Aniceto de Souza	
Cleide Ester de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5992026057	
CAPÍTULO 8	74
INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR DOS POVOS CHIQUITANOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5992026058	
CAPÍTULO 9	84
<i>BULLYING</i> , IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Jair Aniceto de Souza	
Vanessa Costa Gonçalves Silva	
Degmar Francisco dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.5992026059	
CAPÍTULO 10	96
<i>BULLYING</i> ESCOLAR E SUA PERCEPÇÃO PELOS ESTUDANTES: UM ESTUDO EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO MATO-GROSSENSES	
Quintiliano Siqueira Schroden Nomelini	
Natália Sathler de Souza Cunha	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira	
Carla Cristina Rodrigues Santos	
DOI 10.22533/at.ed.59920260510	
CAPÍTULO 11	111
BULLYING E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE MATO GROSSO: OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
Carolina Guimarães Santos	
Carlos Rabelo Machado	
Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260511	
CAPÍTULO 12	123
PANORAMA GERAL DA PESQUISA “VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E <i>BULLYING</i> NO CONTEXTO ESCOLAR” DO GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORANEA DO IFMT	
Gilson Pequeno da Silva	
Isabel Cristina Silva	
Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260512	
CAPÍTULO 13	133
ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT	
Isabel Cristina Silva	
Carolina Guimarães Santos	
Jair Aniceto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.59920260513	

CAPÍTULO 14 145

CURTABLV: ENSINO, EXTENSÃO E REDES SOCIAIS

Paulo Alves de Oliveira
Veralúcia Guimarães de Souza
Alexandre Magalhães Arruda
Marco Aurélio Bulhões Neiva
Yuri Ogaya de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.59920260514

PREFACIADOR 156

SOBRE OS AUTORES 157

DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Antonia Picornell-Lucas

La Convención de los Derechos del Niño (1989) permitió que en el mundo entero aumentara el respeto por los derechos de los niños, niñas y adolescentes; que se transformaran los valores morales y las prácticas con la infancia y adolescencia. Sus principios rectores: no discriminación, interés superior del niño, derecho a la vida y desarrollo y derecho a la participación fueron asumidas como obligaciones por los Estados.

Entre todos los derechos que señala la Convención se encuentra el derecho a la educación en igualdad de oportunidades, cuyo fin es “preparar al niño para asumir una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de comprensión, paz, tolerancia, igualdad de los sexos y amistad entre todos los pueblos” (art. 29d). Sin embargo, el derecho a la educación no puede entenderse solo como escolarización en el sistema educativo formal sino que también hace referencia a cualquier actividad fuera del aula que ayude a los niños y niñas a desarrollar sus aptitudes y capacidades lo máximo posible.

Ahora bien, escuela y niños, niñas y adolescentes es inseparable. La escuela ocupa un lugar principal en las vidas de los

niños y niñas porque las interacciones que allí se producen les van a permitir delinear sus trayectorias vitales. Aunque, también en ese entorno están expuestos a riesgos como la desigualdad de oportunidades o la violencia entre iguales. Precisamente, la presente obra, que me complace introducir, se detiene en el contexto escolar para dar a conocer un problema mundialmente reconocido: la violencia entre pares (*bullying*) que, según UNICEF (2017), están sufriendo uno de cada tres niños-as en el mundo.

Si bien el acoso escolar no es un fenómeno nuevo en las aulas (Calmaestra y otros, 2016), sus consecuencias físicas y psicológicas pueden llevar incluso al suicidio (Hinduja y Patchin, 2010; Mora-Merchán, 2006). La magnitud del grave daño que puede ocasionar este tipo de maltrato provoca una gran preocupación social, como en el caso del Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT de Mato Grosso.

Una violencia que, cada vez con mayor frecuencia, tiene su continuo fuera de las aulas, con el uso de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (TICs). El *grooming*, *flaming*, *sexting*, *online harrassment*, *identity theft*, *griefing* y *outing*, entre otros, son considerados tipos de acoso

virtual (*cyberbullying*) en función de la acción (Willard, 2007); y con mayores niveles de síntomas depresivos que la victimización tradicional (Perren *et al*, 2010). Todas estas conductas violentas, intimidatorias y estigmatizantes, son un atentado a la dignidad de los niños y niñas que las sufren; pero, al mismo tiempo, erosionan la convivencia escolar, fragmentando el proceso de formación de los niños y niñas en valores democráticos y ciudadanía, base de toda educación.

La preocupación internacional por reducir cualquier tipo de violencia, en especial aquella ejercida contra los niños y niñas, y su interés por promover sociedades pacíficas queda patente en la Agenda 2030. “Eliminar todas las formas de violencia contra todas las mujeres y las niñas en los ámbitos público y privado” (ODS 5.2) y “Poner fin al maltrato, la explotación, la trata y todas las formas de violencia y tortura contra los niños” (ODS 16.2) son metas sobre las que Naciones Unidas pone un especial énfasis. También la Unión Europea demuestra su preocupación por promocionar la equidad, la cohesión social y la ciudadanía activa, poniendo en marcha un marco estratégico de cooperación europea en educación (“ET2020”). Desde su posicionamiento ante la violencia, recomienda a los Estados que impulsen planes estratégicos de inclusión educativa y formación permanente de todos los actores educativos, manteniendo una estrecha colaboración con la sociedad civil. Sin duda, esta postura está permitiendo que las políticas educativas gubernamentales pongan en marcha protocolos, observatorios de convivencia, planes de promoción de la convivencia en los centros escolares y otras estructuras de actuación para promover un clima escolar de respeto.

Pero mejorar el clima escolar y erradicar cualquier situación de vulnerabilidad infantil, incluido el acoso, supone una gran dificultad para las políticas educativas. Las razones son variadas. Si bien existen razones originarias del propio entorno escolar que pueden explicar el *bullying*, también, como causa externa, la desigualdad social es un referente para este fenómeno. La falta de oportunidades laborales, económicas, culturales, etc. de algunas familias emerge como un riesgo para el incremento del rechazo y el acoso escolar (Picornell-Lucas, Montes y Herrero, 2018). Esta situación se ve legitimada por las creencias y actitudes culturales tradicionales, como por ejemplo el empleo del castigo corporal en la crianza de los hijos e hijas o aquellas otras influidas por la discriminación de género.

En consecuencia, son varias las dimensiones, interrelacionadas, para mejorar la convivencia escolar y erradicar el acoso escolar; que no se traducen solo en generar medidas en el interior de los centros educativos sino también, y sobre todo, abordarlo desde políticas públicas de bienestar social, sin olvidar la participación de los niños y niñas. No podemos ocultar que estas acciones violentas atentan contra el derecho a la educación, que incluye ofrecer a los niños y niñas todas las oportunidades para que construyan su propia identidad social, como ciudadanos, en el entorno que les

toca vivir. Pero a la vez transgreden el resto de sus derechos, con multiplicidad de consecuencias para su presente y futuro, especialmente la relacionada con la construcción de su identidad y la transformación de la sociedad, con un aumento de la intolerancia e insolidaridad y un mayor uso de la violencia para resolver los conflictos (Navarro-Pérez y Pastor, 2017), vislumbrándose una expansión de la incompreensión.

Son muchas las dificultades y retos, y así lo manifiestan las autoras y autores de esta obra, cuya preocupación y compromiso por la convivencia, la cohesión social y una educación desde la perspectiva de la garantía de los derechos les ha llevado a reflexionar sobre el acoso escolar en Brasil, proponiendo medidas inclusivas de prevención e intervención para enfrentarse a esta realidad.

REFERENCIAS

Calmaestra, J., Escorial, A., García, P., Del Moral, C., Perazzo, C. y Ubrich, T. (2016). *Yo a eso no juego: Bullying y ciberbullying en la infancia*. Madrid: Save the Children España.

Hinduja, S. y Patchin, J.W. (2010). Bullying, cyberbullying and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14(3), 206–221. <https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>

Mora-Merchán, J. A. (2006). Coping Strategies: Mediators of Long-Term Effects in Victims of Bullying? *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud/Annuary of Clinical and Health Psychology*, 2, 15-25.

Navarro-Pérez, J. J. y Pastor Seller, E. (2017). Factores dinámicos en el comportamiento de delincuentes juveniles con perfil de ajuste social. Un estudio de reincidencia. *Psychosocial Intervention*, 26 (1), 19-27. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.08.001>

Perren, S.; Dooley, J.; Shaw, T. y Cross, D. (2010). Bullying in school and cyberspace: Associations with depressive symptoms in Swiss and Australian adolescents. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 4 (28). <https://doi.org/10.1186/1753-2000-4-28>

Picornell-Lucas, A.; Montes, E. y Herrero, C. (2018). La desigualdad de oportunidades educativas desde la perspectiva de los niños, niñas y adolescentes de Castilla y León. *Prisma Social*, 23, 169-184.

UNICEF (2017). *Una situación habitual. Violencia en las vidas de los niños y los adolescentes*. Nueva York: UNICEF.

Willard, N. (2007). *Cyberbullying and cyberthreats: Responding to the challenge of online social aggression, threats, and distress*. Illinois: Research Press.

AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL

Amanda Silva de Lima
Gabriel Belo Lyra e Lima

RESUMO: Em meio a uma sociedade constituída por múltiplos sujeitos, onde a diversidade é um dos mais notórios elementos, garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das individualidades deve ser objetivo perseguido por todos. Nesse contexto, é essencial evidenciar a importância da escola na formação pessoal e social do indivíduo. O presente artigo apresenta um recorte temático acerca da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar regular. A pesquisa iniciou-se a partir de uma investigação teórica sobre o tema; fez-se uso do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, na qual foram analisadas produções acadêmicas relativas à temática, bem como o que dispõe a legislação vigente. Em um segundo momento, através de uma observação sistemática, foram demonstrados dados embasados em documentos e informações fornecidos por uma instituição federal de ensino no Estado da Paraíba, acerca das estratégias adotadas e as condições de desenvolvimento da educação inclusiva. Em posse de tais informações, foi possível traçar um levantamento bibliográfico documental sobre a temática e as estratégias adotadas pela instituição em questão para a inclusão dos alunos surdos no ambiente

escolar regular. Entre os principais resultados e discussões, apresentou-se uma proposta de intervenção, a partir de um estudo da obra de Lev Vygotsky, na área da psicologia do desenvolvimento cognitivo e da psicologia social. Evidenciou-se ainda, a potencialização das estratégias de conscientização e inclusão na referida comunidade escolar e um número significativo de estudantes surdos que usufruem das práticas inclusivas, viabilizando não só o acesso, mas também, a permanência na rede de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Inclusão. Surdez. Educação.

ENVIRONMENT AND REGULAR NECKLACE AND INCLUSION OF DEAF STUDENTS: DOCUMENTARY BIBLIOGRAPHICAL SURVEY

ABSTRACT: In the midst of a multi-subject society, where diversity is one of the most notorious elements, ensuring equal opportunities and valuing individualities should be pursued by all. In this context, it is essential to highlight the importance of school in the personal and social formation of the individual. This paper presents a thematic cut about the inclusion of deaf students in the regular school environment. The research started from a theoretical investigation on the subject; The methodological procedure

of bibliographic research and documentary research was used, in which academic productions related to the theme were analyzed, as well as the current legislation. Secondly, through a systematic observation, data based on documents and information provided by a federal educational institution in the State of Paraíba were demonstrated about the strategies adopted and the conditions for the development of inclusive education. In possession of such information, it was possible to draw up a documentary bibliographic survey on the theme and the strategies adopted by the institution in question for the inclusion of deaf students in the regular school environment. Among the main results and discussions, an intervention proposal was presented, based on a study of Lev Vygotsky's work, in the area of cognitive developmental psychology and social psychology. It was also evidenced the potentiation of the strategies of awareness and inclusion in the referred school community and a significant number of deaf students who enjoy the inclusive practices, making possible not only the access, but also, the permanence in the education network.

KEYWORDS: Teaching. Inclusion. Deafness. Education.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar regular e utiliza como objeto norteador do estudo, levantamento bibliográfico documental, envolvendo dados coletados em trabalhos acadêmicos já realizados, base legislativa acerca da temática e dados fornecidos por uma instituição federal de ensino regular no Estado da Paraíba.

A inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional é um tema que ainda precisa ser amplamente discutido, a fim de combater as desigualdades e viabilizar o acesso a um direito fundamental: a educação. Educação essa, que muitas vezes segrega alunos com deficiência em instituições especiais.

O ensino exclusivo em escolas especiais inviabiliza o convívio social e escolar desses estudantes e dificulta seu desenvolvimento integral em meio aos diferentes. De acordo com os autores Espote; Serralha; Scorsolini-Comin (2013), frequentar escolas especiais não significa inclusão, pelo contrário, é uma estratégia que reforça ainda mais a exclusão dos alunos surdos.

A inclusão de alunos com deficiência na rede de ensino regular possui respaldo legal, conforme disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que determina em seus artigos 58 e 59 que a educação especial é uma modalidade de educação escolar preferencialmente oferecida na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, Glat e Varela Blanco (2007) prelecionam que a educação inclusiva deve ser entendida como sendo um novo modelo de escola, onde os

mecanismos de seleção e discriminação são substituídos pela identificação com o outro, a fim de rechaçar as barreiras para a aprendizagem.

O interesse por esse estudo surgiu a partir da observação e participação dos pesquisadores na instituição escolar em análise, e da notória necessidade de demonstrar o papel da comunidade escolar para a formação pessoal e social dos sujeitos.

No âmbito educacional, devemos destacar a importância da capacitação dos profissionais responsáveis pela inclusão e pelo diálogo transdisciplinar, fornecendo arcabouço para o desenvolvimento de um ambiente no qual as características de cada sujeito sejam vistas como elementos de valorização das individualidades e criação de um ambiente plural.

Esse trabalho evidencia a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar regular, apontando questões essenciais para viabilizar a inclusão da forma mais eficiente possível e o desenvolvimento integral do sujeito no âmbito escolar.

OBJETIVOS

Ante o exposto, o objetivo da pesquisa é evidenciar um levantamento bibliográfico documental que sirva de alicerce teórico inicial para o desenvolvimento dos estudos acerca da inclusão de alunos surdos no âmbito educacional, utilizando como *case* ilustrativo estratégias de conscientização e inclusão desenvolvidas por uma instituição de ensino federal no Estado da Paraíba.

Espera-se, que seja possível contribuir para com a aplicação em outras instituições de ensino das estratégias de inclusão aqui apresentadas e propagar para além do âmbito teórico normativo os dados coletados.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base, um levantamento bibliográfico documental desenvolvido a partir da análise de produções acadêmicas relativas à temática, estudos da legislação vigente e dados coletados a partir de documentos e informações institucionais fornecidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* João Pessoa.

A respeito do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica documental, Gil (2002) preleciona que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ao passo que, “na pesquisa documental, vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

objetos da pesquisa”.

Esta pesquisa é resultado do trabalho desenvolvido por membros do Projeto de Pesquisa Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de Agentes de Combate a Vulnerabilidades Sociais, sob orientação da Professora Dra. Raquel Martins Fernandes, em parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aprovado pelo Comitê de Ética, com parecer número 2.458.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola inclusiva é aquela que identifica as diferenças como uma oportunidade para fortalecer o potencial intrínseco de cada aluno e da comunidade escolar como um todo. De acordo com César (2003), “escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar” (p. 119).

A Constituição Federal de 1988, documento legislativo mais importante do país, preleciona, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e determina a obrigação do Estado de oferecer atendimento educacional especializado. Ao passo que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, destaca a atuação da tríade família-Estado-sociedade na formação educacional dos alunos com deficiência e dispõe sobre a inclusão na escola regular nos seguintes termos:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (*grifo nosso*).

Um dos regulamentos de maior detalhamento e valor para a inclusão é a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei 13.146/2015), legislação jovem, que entrou em vigor há pouco mais de 2 anos (em 2 de janeiro de 2016). A LBI garante um enfoque especial à educação, trazendo todo um capítulo sobre o tema.

DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

O Estado da Paraíba possui inúmeras legislações que abordam a educação inclusiva, dentre as quais, destaca-se majoritariamente sua Constituição Estadual, documento que dispõe sobre o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, em seu artigo

207, inciso IX. Destaca-se ainda, a importância da lei estadual nº 8.618/2008, que “cria o Programa de Incentivo ao Atendimento Voluntário para alunos com deficiência no aprendizado escolar”; da lei estadual nº 7.659/2004, que “dispõe sobre a garantia de obtenção de vagas em creches e escolas públicas para pessoas portadoras de deficiência próximas de suas residências”.

No âmbito Municipal, a legislação mais relevante é a lei nº 10.983/2007, que institui o Estatuto Municipal da Pessoa com Deficiência. Essa legislação dispõe sobre a proteção da pessoa com deficiência, o dever do Estado e da sociedade de garantir acesso à educação e a obrigação da Municipalidade de viabilizar estratégias de aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiências, trazendo ainda, um capítulo inteiramente dedicado à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa materializou-se a partir da necessidade de observar e delinear estratégias de inclusão de alunos surdos no ambiente da escola regular.

Para o desenvolvimento desse estudo, foram analisadas produções acadêmicas, jurisprudências e legislações acerca da temática e dados sobre inclusão de alunos surdos dentro de um ambiente escolar regular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba *campus* João Pessoa.

De acordo com Silva (2001), a organização dos saberes e do conhecimento no âmbito escolar é um tema muito discutido através da estruturação do seu currículo, todavia, “com um olhar mais atento, verifica-se que o currículo é uma arena de lutas e conflitos na compreensão do papel da escola em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico”.

A junção de esforços individuais e coletivos a fim de viabilizar a criação de um ambiente escolar inclusivo é essencial para a concretização do objetivo maior da escola: fornecer educação pessoal e social para todos os sujeitos envolvidos.

A DEFESA DOS DIREITOS NO ÂMBITO EDUCACIONAL - JURISPRUDÊNCIAS

Jurisprudência é o termo utilizado para as decisões proferidas pelos tribunais do país, analisando e julgando casos concretos em consonância com a lei em vigor. A análise das jurisprudências se faz relevante, pois, a partir delas identifica-se qual o entendimento majoritário do judiciário brasileiro sobre o tema em debate.

Acerca da inclusão escolar no ensino superior, segue entendimento exemplificativo de uma aluna surda que acionou o Tribunal Regional Federal para ter assegurado o seu direito de acompanhamento por um intérprete de LIBRAS nas atividades acadêmicas:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ENSINO SUPERIOR. ALUNA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA. PRETENSÃO DA ALUNA DE OBTER APOIO DE INTÉRPRETE EM LÍNGUA DE SINAIS, PARA ACOMPANHÁ-LA DURANTE AS AULAS E DEMAIS ATIVIDADES ACADÊMICAS. POSSIBILIDADE.

1. Consiste em dever constitucional do Estado ofertar a educação escolar às pessoas que requerem cuidados especiais (CF, art. 208, inciso III).

2. A Impetrante é deficiente auditiva, portadora de surdez profunda bilateral congênita, razão pela qual, necessita de um intérprete em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, a fim de viabilizar a realização de seus estudos no curso superior de Pedagogia.

3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/ 96), em seu art. 58, § 1º, dispôs que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.

4. O Ministério de Estado da Educação, considerando “a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior”, editou a Portaria nº 1.679/99, revogada pela Portaria 3.284/03, que incorporou em seu texto a mesma norma no sentido de determinar que, nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento, haverá a inclusão de requisitos de acessibilidade.

5. A mencionada portaria não restringiu o acompanhamento de um intérprete em LIBRAS, quando da realização e revisão de provas, restando, portanto, patente o direito vindicado. 6. Remessa oficial improvida.

(TRF 1ª Região. REOMS 2005.38.00.012888-4/MG. Rel. Desembargadora Federal Selene Maria De Almeida, Quinta Turma, DJ, p.149 de 09/04/2007).

Nesse primeiro julgado, observa-se a materialização do dever do Estado de ofertar educação escolar às pessoas com deficiência em um ambiente inclusivo e adequado às necessidades específicas de cada sujeito. A decisão do referido tribunal encontrou fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que apresenta dispositivos acerca da contratação de profissionais especializados para atender aos alunos com deficiência na escola regular.

Demonstramos ainda, em caráter exemplificativo, a jurisprudência do Tribunal Regional Federal que proferiu entendimento ainda mais amplo quanto a obrigação das instituições de ensino superior estarem adaptadas à realidade da inclusão escolar no ambiente regular de ensino:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFICIENTES AUDITIVOS. DIREITO À EDUCAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS. DEVER DE ADAPTAÇÃO DIRECIONADO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.

A contratação de intérpretes de LIBRAS é dever de adaptação previsto em Lei, direcionado às Instituições de Ensino Superior, que não acarreta ônus desproporcional ou indevido, sendo nitidamente necessário para assegurar o

exercício do direito à educação pelos deficientes auditivos, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

(TRF 4ª Região. Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL, Processo: 0017955- Manual_Cidadania.pmd 166 6/10/2011, 4:38 PM 167 62.2005.404.7100. Data da Decisão: 01/02/2011, UF: RS, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA).

A breve análise dos entendimentos jurisprudenciais supracitados permite verificarmos a importância da existência e da efetivação das legislações que visam proteger e viabilizar a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar regular. Tais disposições jurídicas validam o direito à inclusão e a proteção, sobretudo, da dignidade da pessoa com deficiência.

A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR REGULAR - ATUAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA PARAÍBA

Com o propósito de ilustrar a temática, foi observado o *case* da atuação de uma instituição de ensino superior no Estado da Paraíba, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, *campus* João Pessoa.

O IFPB destaca-se em meio às demais instituições educacionais de ensino regular do Estado em razão da sua política de inclusão que envolve toda a comunidade escolar.

Um dos principais fatores que auxiliam nesse processo, é a existência de setores e profissionais especializados que atuam no acolhimento de forma individualizada dos estudantes deficientes e na viabilização da inclusão educacional e social.

A Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE, criada no ano de 2016, é um exemplo de elemento institucional que auxilia na inclusão dos alunos. A instituição destaca a notória importância da atuação dos psicopedagogos, técnicos e auxiliares que atuam no setor, como também, a importância dos 09 profissionais terceirizados, da empresa CLAREAR, que atuam como tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, fornecendo assistência integral para a comunicação dos alunos surdos, alunos ouvintes, professores e demais funcionários. Os tradutores-intérpretes estão disponíveis nos horários de contraturno dos alunos e sua atuação pode ser solicitada em aulas extras, palestras ou em qualquer atividade além da sala de aula.

No ano escolar de 2018, a instituição registrou 6.326 alunos matriculados no *campus* João Pessoa, dos quais, 198 possuem algum tipo de deficiência. Atualmente, apenas esse *campus* possui 17 alunos surdos regularmente matriculados e 09 intérpretes-tradutores de LIBRAS atuando na inclusão diária dos alunos.

O Instituto Federal realiza eventos ao longo do calendário acadêmico

para enfatizar e discutir a inclusão, dentre as principais atividades, destaca-se a Semana da Diversidade e Inclusão, realizada no mês de setembro, mês de maior conscientização e comemoração das conquistas obtidas pela comunidade surda ao longo dos anos. Destacam-se ainda, as comemorações e debates do Dia do Autista, Dia da Pessoa com Síndrome de Down, Dia do Surdo, a recepção dos alunos com vídeos em LIBRAS, assim como a tradução dos materiais institucionais para Braille e LIBRAS.

A instituição oferece ainda, cursos gratuitos de capacitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – para os colaboradores e membros de toda a comunidade escolar.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Do ponto de vista de uma proposta de intervenção, apresentam-se os estudos da psicologia social, que permitem pensar propostas pedagógicas que coadunam com a preservação dos Direitos Humanos e a Inclusão.

Se falarmos em construção do conhecimento sem tratar os alunos como sujeitos nesta construção, estaremos apenas criticando modelos tradicionais, impedindo desta maneira que os alunos participem da construção do mesmo (conhecimento).

Marta Kohl (LA TAILLE *et al.*, 1992), explicita dois pontos cruciais sobre a teoria *vygotskiana*: - todos possuem ao nascer uma estrutura básica estabelecida ao longo da história da espécie humana; - a estrutura dos processos mentais e as relações entre os vários sistemas funcionais transformam-se ao longo do desenvolvimento individual.

“A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem.” (LA TAILLE *et al.*, 1992, p. 23). A cultura faz o papel mediador na construção humana de significados, ou seja, o grupo cultural fornece ao indivíduo formas de perceber o real, organizá-lo, formar sua lógica. A mediação pressupõe um elemento intermediário em uma relação e é uma ideia central na obra de Vygostky. “Enquanto sujeito de conhecimento o homem não tem acesso direto aos objetos, mas um acesso mediado, isto é, feito através dos recortes do real operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe.” (*Ibid.*, p 26). Assim, este conceito acaba por pressupor: de um lado a capacidade humana de operar mentalmente sobre o mundo e de outro a origem social dos sistemas simbólicos. É a linguagem o sistema simbólico básico dos grupos humanos. Por fim, o processo de formação de conceitos característico da representação mental pressupõe a interação dos sujeitos, uma construção de conhecimento mediada pela linguagem.

Esta concepção do desenvolvimento humano pressupõe que: “a compreensão

do desenvolvimento psicológico não pode ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso. Vygostky rejeitou, portanto, a ideia de funções mentais fixas e imutáveis, trabalhando com a noção do cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual”. (*Ibid.*, p. 24)

A formação de conceitos se dá através de uma construção onde os indivíduos internalizam os conceitos. Línguas e outros aspectos sociais diferenciados resultam numa história conceitual diferente entre os indivíduos. A formação de conceitos cotidianos envolve a experiência do estudante e vai se desenvolvendo de forma ascendente, enquanto o conceito científico dificilmente encontra-se relacionado diretamente com a experiência da mesma, carecendo de mediação.

Vygostky delinea o percurso genético do desenvolvimento do pensamento conceitual iniciado por conjuntos sincréticos, subjetivos e com nexos vagos, passando por duas outras fases: pensamento por complexos, que envolve o agrupamento concreto de objetos e a abstração de características isoladas da totalidade da experiência concreta. Essas duas fases não são lineares e dependentes, possuem raízes genéticas independentes, ou seja, a fase da abstração pode começar sem que a de pensamentos por complexos se complete; essas duas linhas de desenvolvimento tendem a se unir dando início a um processo qualitativamente diferente (internalização das funções psicológicas superiores).

O indivíduo tem potencialidades conquistadas pela evolução da espécie:

A ligação dessa estrutura biologicamente dada com o papel essencial atribuído aos processos históricos na constituição do ser humano se dá por uma característica universal da espécie: a plasticidade do cérebro como órgão material da atividade mental. O cérebro é um sistema aberto que pode servir a diferentes funções (que podem ser específicas de um momento e de um lugar cultural), sem que sejam necessárias transformações morfológicas no órgão físico (LA TAILLE *et al.*, 1992, p. 104).

Marta Rohl aponta em que medida a teoria *vygotskiana* conserva a autonomia do sujeito colocando três pontos fundamentais: - a cultura não é um dado estático, os indivíduos recriam e reinterpretam informações; - ‘histórico’, para Vygostky, não se refere só ao macroscópico, mas também à trajetória das experiências dos indivíduos; - sobre as funções psicológicas superiores, Vygostky fala de ‘processos voluntários’, ‘ações conscientemente controladas’ e ‘mecanismos intencionais’ dos sujeitos.

Por fim: “cada indivíduo é absolutamente único e, por meio de seus processos psicológicos mais sofisticados (que envolvem consciência, vontade e intenção), constrói seus significados e recria sua própria cultura” (*Ibid.*, p. 106).

Em seu livro: *A Formação Social da Mente*, Vygostky questiona sobre a relação geral entre desenvolvimento e aprendizado e os aspectos desta relação quando se inicia a etapa escolar. É preciso reconhecer, segundo Vygostky, que o

aprendizado do estudante inicia-se antes da escola, na qual ele chega com uma história prévia e ao ingressar na mesma o estudante é tomado por fatores novos para seu desenvolvimento.

“Só recentemente, entretanto, tem-se atentado para o fato de que não podemos limitar-nos meramente à determinação de níveis de desenvolvimento, se o que queremos é ‘descobrir’ as relações reais entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado.” (*Ibid.*, p. 95). É preciso observar o contexto para saber o grau de desenvolvimento de um aluno.

O diferencial da teoria de Vygotsky seria o deslocamento do eixo de enfoque, questionando até a forma de proceder em sala de aula; para isso ele conceitua dois níveis de desenvolvimento diferentes:

a) Nível de Desenvolvimento Real – “nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados” (VYGOTSKY, 1989, p. 95) Normalmente é indicado através de pesquisas individuais, o que é feito em cooperação (ajuda do professor ou colegas) ou é imitado não é considerado como capacidade ‘da’ criança.

b) A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de ‘brotos’ ou ‘flores’ do desenvolvimento, ao invés de ‘frutos’ do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (*Ibid.*, p. 97).

O autor sugere que a educação não se ocupe somente com o que já está desenvolvido, dependendo do estímulo que é dado ao estudante, ele pode apresentar outros resultados. Dizer qual é o estágio de desenvolvimento do estudante envolve entender a relação entre os dois níveis citados. Envolve um educador que ensina e pesquisa. Permite pensar um processo que esvazia a dicotomia teoria e prática:

A zona de desenvolvimento proximal pode, portanto, tornar-se um conceito poderoso nas pesquisas do desenvolvimento, conceito este que pode aumentar de forma acentuada a eficiência e a utilidade da aplicação de métodos diagnósticos do desenvolvimento mental a problemas educacionais (*Ibid.*, p. 98).

Finalmente: “o ‘bom aprendizado’ é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1989, p. 101). Esta é a nova relação entre desenvolvimento e aprendizado proposta por Vygotsky. Ambos não são coincidentes. O aprendizado não segue simplesmente o crescimento mental, ele o estimula, torna-se parte necessária e universal do desenvolvimento global do estudante ao criar a zona de desenvolvimento proximal, despertando ‘processos internos de desenvolvimento’ o que só é possível através da interação e cooperação no ambiente escolar, o que rompe com a perspectiva individualista de construção do conhecimento, entendendo-a como sócio-histórica.

Um segundo aspecto essencial de nossa hipótese é a noção de que, embora o aprendizado esteja diretamente relacionado ao curso do desenvolvimento da criança, os dois nunca são realizados em igual medida ou em paralelo. O desenvolvimento nas crianças nunca acompanha o aprendizado escolar da mesma maneira como uma sombra acompanha o objeto que o projeta. Na realidade, existem relações dinâmicas altamente complexas entre os processos de desenvolvimento e de aprendizado, as quais não podem ser englobadas por uma formulação hipotética imutável (*Ibid.*, p 102).

Ao apropriar-se das teorias de Vygotsky para a educação inclusiva pode-se inferir algumas atividades e ações que auxiliariam o estudante a desenvolver funções na zona de desenvolvimento proximal; mesmo que estas ações, segundo esta teoria, não teriam uma concepção estática, mas dependem do contexto. O treinamento da equipe multiprofissional, dos intérpretes e possíveis monitores das próprias turmas, pode ser um elemento pedagógico a ser incorporado nas propostas, visando o desenvolvimento do estudante surdo; considerando como o autor aborda os aspectos culturais que a linguagem do surdo evoca, em suas significações, que se constituem de um universo próprio, com o qual o desafio da inclusão, não é apenas uma interpretação, mas uma incursão mútua, do estudante surdo no universo dos outros alunos e vice-e-versa.

CONCLUSÕES

A luta por uma educação inclusiva é um exercício constante de validação e respeito às subjetividades de cada indivíduo.

Garantir uma sociedade mais justa e a inclusão social é dever de todos, possuindo respaldo e previsão na legislação hodierna brasileira. Ao analisarmos essa discussão no âmbito educacional, fica evidente a sua importância, haja vista que a inclusão nas instituições de ensino regular viabiliza não só o acesso, mas, também, a permanência escolar dos alunos com deficiência e o desenvolvimento de toda a sua trajetória educacional, de sua formação pessoal e profissional.

Salientamos ainda, que a presente pesquisa será continuada, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de campo acerca da temática, viabilizando a apreensão e análise de outros dados significativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 10 abril 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Bases da Educação – LDB**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 10 abril 2018.

CÉSAR, M. (2003). A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In David Rodrigues (org.), **Perspectivas sobre a inclusão**. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editor. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 março 2018.

ESPOTE, Roberta; SERRALHA, Conceição Aparecida; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Inclusão de surdos**: revisão integrativa da literatura científica. Psico-USF, Itatiba, v. 18, n. 1, p. 77-88, Abril. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; VARELA BLANCO, L. de M. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-35.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 8.618/2008**. Cria o Programa de Incentivo ao Atendimento Voluntário para alunos com deficiência no aprendizado escolar. Disponível em: <http://arquivos.mppb.mp.br/relatorios/manual_cidadania.pdf>. Acesso em: 18 de abril 2018.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 7.659/2004**. Dispõe sobre a garantia de obtenção de vagas em creches e escolas públicas para pessoas portadoras de deficiência próximas de suas residências e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivos.mppb.mp.br/relatorios/manual_cidadania.pdf>. Acesso em: 18 de abril 2018.

PARAÍBA. Câmara Municipal de João Pessoa. **Lei Municipal nº 10.983/2007**. Institui o Estatuto Municipal da Pessoa com Deficiência e do Portador de Necessidades Especiais. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2007/1098/10983/lei-ordinaria-n-10983-2007-institui-o-estatuto-municipal-da-pessoa-com-deficiencia-e-do-portatador-de-necessidades-especiais>>. Acesso em 18 de abril 2018.

PARAÍBA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Paraíba**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70448/CE_PB_EC_18.pdf?sequence=1>. Acesso em 18 de abril 2018.

SILVA, M. P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

TRF 1ª Região. **REOMS 2005.38.00.012888-4/MG**. Rel. Desembargadora Federal Selene Maria De Almeida, Quinta Turma, DJ p.149 de 09/04/2007. Disponível em: <<https://tjro.jus.br/novodiario/2009/20090921514-NR175.pdf>>. Acesso em: 18 de abril 2018.

TRF 4ª Região. Classe: **AC - APELAÇÃO CIVEL**, Processo: 0017955- 166 6/10/2011, 4:38 PM 167 62.2005.404.7100. Data da Decisão: 01/02/2011, UF: RS, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA. Disponível em: <<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/188943478/apelacao-civel-ac-50837813220144047100-rs-5083781-3220144047100>>. Acesso em: 18 de abril 2018.

VYGOSTKY, L. S. A. **Formação Social da Mente** – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad.: José Cipolla Neto, Luís S. M. Barreto e Solange C. Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PREFACIADOR



ANTONIA PICORNELL-LUCAS - Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación y Graduada en Trabajo Social por la Universidad de Salamanca, es Profesora Titular de Universidad de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Salamanca. Ha impartido docencia en Grado y Posgrado en diferentes universidades españolas y europeas (Alemania, Bélgica, Italia, Noruega, Portugal). Ha sido investigadora visitante en centros de Chile, Ecuador y México y Profesora Visitante Extranjera en la Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Ha coordinado proyectos de investigación sobre estudios de infancia, objeto de investigación en las Tesis Doctorales dirigidas. Ha organizado y participado en numerosos congresos nacionales e internacionales y conferencias invitadas (Argentina, Chile, Uruguay, Brasil), así como en la coordinación de obras colectivas y la colaboración en revistas científicas sobre el campo objeto de su estudio. Presidenta del Comité Provincial de UNICEF en Salamanca (2014 - 2019); Fundadora y Presidenta, desde el año 2013, de la Red Iberoamericana para la Docencia e Investigación en Derechos de la Infancia [REDIdi].

SOBRE OS AUTORES



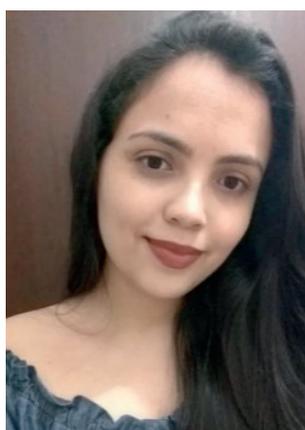
ALEXANDRE MAGALHÃES DE ARRUDA JUNIOR - Técnico em Química, pelo IFMT Campus Bela Vista. Membro do Grupo de Pesquisa em Ciências, História e Sociedade Contemporânea. Bolsista no projeto de pesquisa sobre Fontes Lipídicas e Doenças Cardiovasculares. cursando licenciatura em Química na Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/2205894466666217>



AMANDA SILVA DE LIMA - Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Advogada - OAB/PB. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. Dedicar-se, principalmente, ao estudo das seguintes temáticas: Relações Sociais, Vulnerabilidades Sociais e Relações de Consumo. <http://lattes.cnpq.br/4086339756582828>



ANNA BEATRIZ RODRIGUES DE AMORIM - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/7075218352860286>



CARLA CRISTINA RODRIGUES SANTOS - Graduada em pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, possui segunda licenciatura em Letras (UNIP). Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela Unisserra. Pós-graduanda em Ensino de Ciências da Natureza pelo Instituto Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso e da rede municipal de Campo Verde. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5572794992244227>



CAROLINA DE VASCONCELOS LOPES BORBA - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CAROLINA GUIMARÃES SANTOS - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursando Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de extensão pela UFMG atuando na Secretaria do Patrimônio da União (SPUMG). Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA - Doutorado em Psicologia Social, UFPB. Mestrado em Estudos da Linguagem, UFMT. Especialização em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, UFMT - DELE - Diploma Superior de Español como Lengua Extranjera (MEC - España). Graduação em Letras Licenciatura Plena - FAFICLE/SP. Habilitação em Língua Espanhola UFMT. Participa do Núcleo de Pesquisa NUPEDIA-(UFPB). Participa do grupo de pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (IFMT). <http://lattes.cnpq.br/3723791203221068>



DEGMAR FRANCISCA DOS ANJOS - Possui doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso e graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Docente Efetivo e Diretor de Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB e docente colaborador no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/0538812567788479>



FELICÍSSIMO BOLÍVAR DA FONSECA - Doutorado em Psicologia Social (UFPB). Mestrado em Educação (UFMT). Especialização em Metodologia do Ensino Tecnológico (UFMT). Bacharel em Ciências Contábeis (UFMT). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFMT). Professor EBTT do IFMT-Campus Cuiabá-Bela Vista. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/5237205467561324>



GABRIEL BELO LYRA E LIMA - Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e Graduando em Ciência de Dados pela Universidade Cruzeiro do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea (IFMT). Dedicase principalmente ao estudo das seguintes temáticas: Gestão de dados, análise estatística, estruturas de dados e Big Data. <http://lattes.cnpq.br/2500645651074025>



GILSON PEQUENO DA SILVA - Mestrando em Ensino Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Área de Concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes, Linha de Pesquisa: Ensino de Matemática, Ciências Naturais e suas Tecnologias, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC (2002), graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2005) e Especialização em Gestão em Educação Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2006). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea GPHSC/IFMT Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/1389757071983268>



ISABEL CRISTINA SILVA - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn – IFMT/UNIC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso / Universidade de Cuiabá. Participante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea - GPHSC.



JAIR ANICETO DE SOUZA - Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Curso de Especialização em Educação a Distância pela UNIVERSIDADE PAULISTA. Mestrando do Programa de Mestrado em Ensino do IFMT - Cuiabá. Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/6024196414327047>



MARCO AURÉLIO BULHÕES NEIVA - Pós doutorando em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca (UNSAL), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Pós Graduação/Especialização em: Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT), Direito Público (ICE), MBA em Gestão Estratégica (UFMT). Graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC), graduado em Engenharia Elétrica pela UFMT. Docente de carreira do Instituto Federal de Mato Grosso nas cátedras de Direito Ambiental, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Docente do curso de Pós Graduação/Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis do IFMT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Mato Grosso com registro no CNPq. Advogado. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT. <http://lattes.cnpq.br/8540831188896258>



NATÁLIA SATHLER DE SOUZA CUNHA - Graduada em Licenciatura Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia, atua como docente nos anos finais do ensino fundamental de matemática no município de Uberlândia. Graduação em Estatística na Universidade Federal de Uberlândia. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4233897648176488>.



NIEDJA DE FREITAS PEREIRA - Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos. Técnica em Assuntos Educacionais no IFPB. Atualmente cursa Bacharelado em Direito pela UFPB. <http://lattes.cnpq.br/9661261815829585>



PAULO ALVES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Atualmente é tae-ife - assistente em administração (pcife) do Instituto Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e sociedade, atuando principalmente no seguinte tema: educação, ensino, aprendizagem, vulnerabilidade sociais, direitos humanos e mídias sociais. <http://lattes.cnpq.br/0770327171652503>



PRISCILA VELOSO RAMOS - Bacharel em Química com Atribuições Tecnológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. Cursando Gestão Ambiental IFMT Campus Bela Vista. Pós-graduanda em Ensino de Química e A Moderna Educação. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. Bolsista FAPEMAT edital 45/2019 PROPES/IFMT. <http://lattes.cnpq.br/0129103463814840>



QUINTILIANO SIQUEIRA SCHRODEN NOMELINI - Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2007), Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (2012) e Pós Doutorado com concentração em Séries Temporais e Multivariada no programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e Biometria na Universidade Federal de Alfenas (2015). Professor Associado pela Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Matemática. <http://lattes.cnpq.br/7777119607530651>



RAQUEL MARTINS FERNANDES - Pós-doutora em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba e líder do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea. Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/5856525232992306>



RODRIGO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2005), mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2008), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012) e realizou estágio Pós Doutoral na Universidade Metodista de São Paulo (2016). Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). <http://lattes.cnpq.br/9456573255125999>.



VANESSA COSTA GONÇALVES SILVA - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino com Associação ampla entre a Universidade de Cuiabá (Unic) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Com especialização em Educação a Distância pelo SENAC - MT. Servidora do Instituto Federal de Mato Grosso - Técnica Administrativa. Professora do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/EAD). <http://lattes.cnpq.br/7046686448958045>



VERALÚCIA GUIMARÃES DE SOUZA - Graduada em Letras Português/Inglês pela UFMT, mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT, doutora em Linguística UnB. Atualmente é professora efetiva do IFMT Campus Cuiabá Bela Vista. Pesquisadora no GPHSC. <http://lattes.cnpq.br/8258543105420805>



YURI OGAYA DE ASSUMPÇÃO - Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande e em Educação Artística. Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor titular no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS JUINA e no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS BELA VISTA. <http://lattes.cnpq.br/1297661315810527>

 **Atena**
Editora

2 0 2 0